

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução	1
1 O Equilíbrio das Funções Estatais e o Poder Judiciário	
Contemporâneo: A Judicialização da Política e seu Papel	5
1.1 O Poder Judiciário na visão clássica da Separação de poderes	5
1.1.1 A teoria de Montesquieu e sua deturpação pelos revolucionários franceses	8
1.1.2 Os <i>Federalist Paper's</i> e sua contribuição ao <i>checks and balances system</i>	10
1.2 A Judicialização da política: seus pressupostos e limites	12
1.2.1 Os pressupostos e condições políticas para a Judicialização da política	14
1.2.2 Judicialização da Política <i>versus</i> Ativismo Judicial: definições e distinções	18
1.3 Virtudes e limites da transformação do perfil do poder judiciário	21
2 As Questões <i>Interna Corporis</i> e sua Sindicabilidade Judicial	25
2.1 A doutrina das questões interna corporis nos EUA e na França	25
2.1.1 As questões <i>interna corporis</i> nos <i>Federalist Papers</i>	28
2.1.2 As questões <i>interna corporis</i> na jurisprudência da Suprema Corte americana	30
2.1.3 As questões <i>interna corporis</i> na experiência francesa	36
2.2 A doutrina das questões <i>interna corporis</i> no Brasil	40

2.2.1 A construção de Ruy Barbosa	44
2.2.2 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	46
3 A Sindicabilidade Jurisdicional dos Atos de	
Nomeação de Ministros de Estado do Executivo.....	63
3.1 O caso “Lula” e a suspensão de sua posse como	
Ministro da Casa Civil.....	63
3.1.1 Argumentos favoráveis e contrários à nomeação	65
3.2 O caso “Moreira Franco” e sua posse como	
Ministro da Secretaria-Geral da Presidência.....	72
3.2.1 Argumentos favoráveis e contrários à nomeação	73
3.3 O caso “Cristiane Brasil” e a suspensão de sua	
posse como Ministra do Trabalho.....	77
3.3.1 Argumentos favoráveis e contrários à nomeação	79
3.4 O Princípio da Moralidade Administrativa como	
vetor de controle dos atos <i>interna corporis</i> do	
Poder Executivo: uma possibilidade?.....	83
3.4.1 O Princípio da Moralidade Administrativa	
e sua definição.....	92
3.4.2 Uso da Moralidade ou da Razoabilidade para tanto?.....	99
Considerações Finais.....	107
Referências	111
Excurso – O incômodo caso “Ramagem”: entre	
exegetismo e o descaso com a principiologia constitucional”	137